

---

## **Análise da cobertura dos casos de recusa de matrícula pela comissão de heteroidentificação da USP<sup>1</sup>**

Arielle Lima da SILVA<sup>2</sup>  
Vitória L. V. Alves da SILVA<sup>3</sup>  
Márcia GUENA<sup>4</sup>  
Ceres SANTOS<sup>5</sup>  
Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, BA

### **RESUMO**

Este artigo apresenta os resultados de um levantamento realizado pelo Observatório Racial da Mídia Brasileira sobre os casos de Glauco Dalalio do Livramento e Alison Santos Rodrigues, aprovados na Universidade de São Paulo (USP) que tiveram suas vagas recusadas por não serem considerados pardos pela comissão de heteroidentificação. O estudo abrangeu três veículos da mídia hegemônica: Folha de São Paulo (FSP); UOL e G1 e três das mídia independente negra: Mundo Negro, Notícia Preta e Alma Preta. Para a análise utilizou-se a metodologia de enquadramento, investigando como a seleção de informações influencia a percepção pública. Foram classificados diferentes tipos de enquadramento com base em estudos de Bateson (1987), Goffman (1986), Entman (1993), Rothberg (2010), Mendonça (2012) e Campos (2014). Além disso, foram observados aspectos relacionados ao perfil das fontes ouvidas, incluindo as categorias propostas por Lage (2003) e as de gênero, raça e etnia.

**PALAVRAS-CHAVE:** cotas raciais; enquadramento; mídia; comunicação; observatório racial.

### **Introdução**

O presente artigo apresenta dados obtidos através da análise da cobertura sobre Ações Afirmativas e bancas de heteroidentificação durante o mês de março, com foco

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Intercom Júnior – Jornalismo, evento do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 3 a 6 de setembro de 2024.

<sup>2</sup> Estudante do Curso de Jornalismo da UNEB, email: [arielelims@gmail.com](mailto:arielelims@gmail.com).

<sup>3</sup> Estudante do Curso de Jornalismo da UNEB, email: [alves.vitorialv@gmail.com](mailto:alves.vitorialv@gmail.com).

<sup>4</sup> Professora do Curso de Jornalismo da UNEB, email: [marciaguena@gmail.com](mailto:marciaguena@gmail.com).

<sup>5</sup> Professora do Curso de Jornalismo da UNEB, email: [ceresantoss3@gmail.com](mailto:ceresantoss3@gmail.com).

---

nos casos de recusa de matrícula dos candidatos não considerados pertencentes ao grupo que se autodeclararam. Os veículos monitorados foram Folha de São Paulo, UOL e G1. A escolha desses alvos de pesquisa se deu devido a seu alcance de público e volume de textos jornalísticos publicados. Durante a cobertura, os sites abordaram decisões judiciais, mudanças legislativas e impactos sociais das cotas raciais em instituições de ensino e no serviço público.

O Observatório Racial da Mídia Brasileira é um projeto de Iniciação Científica (IC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). O objetivo do projeto é levantar textos jornalísticos publicados por veículos da mídia hegemônica - Folha de São Paulo (FSP), G1 e UOL - e das mídias independente negra e indígena - Mundo Negro, Notícia Preta e Alma Preta - utilizando palavras-chave como: negro, negra, raça, racismo, preto, preta e indígena.

A estrutura deste artigo segue a seguinte organização: inicialmente, é apresentada uma discussão sobre Ações Afirmativas; teoria do enquadramento, seguida pela classificação das fontes e metodologia utilizada. Em seguida, traçamos um perfil de cada veículo de comunicação que examinamos apenas da mídia hegemônica (UOL, Folha de São Paulo e G1), já que nas mídias negra e indígena só foi localizada uma matéria sobre o tema em discussão. Posteriormente, são apresentados os resultados quantitativos da coleta de dados. Na sequência, é feita uma avaliação qualitativa das matérias selecionadas, focando em textos que se enquadram como notícias e reportagens, que apresentam características relevantes para os tipos de enquadramento propostos por Goffman (1986) e que abordam os casos de recusa de matrícula pelas comissões de heteroidentificação durante o mês de março de 2024. Por fim, é realizada uma análise do panorama geral.

Em março de 2024, a cobertura dos casos de recusa de dois estudantes ingressarem na Universidade de São Paulo (USP) pelo sistema de cotas apareceu nos principais jornais brasileiros suscitando vários debates em torno das políticas de Ações Afirmativas, em particular, a política de cotas estabelecida pela Lei nº 12.711/2012. A discussão se intensificou por conta da perda das vagas por alunos reprovados pelas bancas de heteroidentificação das universidades públicas. Entre os casos mais

divulgados estão os de Alison Santos e Glauco Dalalio, ambos aprovados por meio do Provão Paulista, um exame que possibilita o ingresso na USP. Os candidatos entraram pelo sistema de cotas, autodeclarando-se pardos, mas tiveram suas vagas recusadas por não serem identificados como tal pelas bancas de heteroidentificação.

As discussões sobre Ações Afirmativas ganharam força nas décadas de 1990 e 2000 em que fatores como pesquisas empíricas, criação de conselhos de desenvolvimento e a oficialização do reconhecimento do racismo pelo governo em 1995 contribuíram para maior visibilidade das desigualdades raciais, culminando na aprovação da Lei de Cotas (Lei nº12.711) em 2012. As Ações Afirmativas são aplicadas, principalmente, na educação e no mercado de trabalho. No mercado de trabalho, incluem capacitação, qualificação e promoção na carreira. Na educação, envolvem reserva de vagas para o ingresso no ensino superior e auxílio permanência.

Os primeiros modelos de políticas de reparação podem ser explicados a partir do conceito apresentado por Jones (1993), que as define como medidas que buscam proporcionar oportunidades e benefícios para pessoas de grupos específicos. Silvério (2002) se propõe a analisar o avanço das políticas e conclui que as Ações Afirmativas, originalmente visavam reparar injustiças passadas e, com o tempo, evoluíram para incluir programas públicos e privados que garantem a ascensão de minorias étnicas, raciais e sexuais. As políticas compensatórias relacionadas à raça também atendem à parcela parda da população, que segundo dados socioeconômicos são acometidos de dificuldades educacionais semelhantes aos pretos (Beghin; Jaccoud, 2002, p. 51).

A criação das bancas de heteroidentificação nas instituições de ensino superior surgiu em resposta aos problemas decorrentes da falta de critérios unificados para comprovar o direito às vagas reservadas para Ações Afirmativas raciais. Inicialmente, baseadas apenas na autodeclaração dos/as candidatos/as, às políticas enfrentaram críticas devido a casos de estudantes que ocupavam vagas reservadas sem pertencerem aos grupos étnicos declarados. Essas situações levaram o poder público a adotar medidas mais rigorosas para verificar a identidade étnico-racial dos candidatos, visando assegurar que apenas pretos, pardos e indígenas efetivamente elegíveis ocupassem essas vagas.

A teoria do enquadramento e classificação das fontes

A identificação dos enquadramentos jornalísticos segue as teorias estruturadas por Gregory Bateson (1987), Erving Goffman (1986), Robert Entman (1993) e Danilo Rothberg (2010). O enquadramento de jogo, conforme definido por Rothberg (2010), caracteriza-se pela estruturação que se assemelha a uma corrida de cavalos, onde o foco reside nas probabilidades de vitória ou derrota. O enquadramento estratégico posiciona o autor na tarefa de revelar as estratégias ocultas subjacentes a cada ação do indivíduo. Por sua vez, o enquadramento episódico destaca eventos isolados sem aprofundá-los contextualmente, resultando em uma visão superficial do tópico em questão. Juntos, esses enquadramentos podem assumir a forma de conflito, centrado na competição entre indivíduos, priorizando a rivalidade em detrimento de outras considerações relevantes.

O enquadramento temático, considerado como o mais apropriado, busca proporcionar uma compreensão mais abrangente dos eventos. Entre suas características está a apresentação de antecedentes e consequências, bem como a inclusão de uma variedade de fontes (Rothberg, 2010, p 58).

A classificação das fontes jornalísticas é um tema abordado por diversos autores, cada um com perspectivas distintas. Jonecw (2005) destaca a diversidade dessas perspectivas. Nesse contexto, adotamos a classificação proposta por Nilson Lage (2003) e sintetizada no trabalho de Menezes, Freire, Guena e Santos (2023), que avalia as fontes com base em sua natureza e seu distanciamento dos eventos. No que se refere à natureza das fontes, Lage (2003, p. 27) as categoriza em oficiais, oficiosas e independentes.

Fontes oficiais são aquelas mantidas por entidades com poder legitimado, como o Estado ou organizações estabelecidas. Já as fontes oficiosas têm conexão com uma instituição, mas não têm autorização para falar em seu nome. Por fim, fontes independentes estão desvinculadas do poder estabelecido, como ONGs e sociedades sem fins lucrativos.

Quanto ao critério de distanciamento dos eventos, as fontes podem ser primárias ou secundárias. Fontes primárias fornecem informações diretamente relacionadas aos eventos, como testemunhas oculares. Por sua vez, as fontes secundárias remetem a outras fontes ou especialistas que analisam a situação. Essa classificação é aplicável tanto a fontes pessoais quanto documentais. Fontes pessoais podem ser categorizadas

---

com base em características individuais, como gênero, raça e etnia, além da classificação proposta por Lage. Já fontes documentais são classificadas como primárias quando originadas diretamente do evento e secundárias quando derivadas de outras fontes (Lage, 2003, p 29).

No entanto, nota-se uma lacuna significativa na análise da classificação das fontes jornalísticas em relação a considerações sobre gênero e raça por parte dos autores. Adotando uma abordagem interseccional e decolonial, que reconhece as hierarquias da modernidade/colonialidade (Grosfoguel, 2018), propomos a inclusão desses dois aspectos na classificação das fontes. Ao incorporar o gênero e a raça na classificação das fontes, podemos identificar padrões de representação e dar voz a grupos historicamente marginalizados. Isso possibilita uma análise mais abrangente e precisa das narrativas jornalísticas, promovendo a diversidade e a equidade na cobertura noticiosa (Menezes, Freire, Guena e Santos, 2023, p 3). O propósito deste procedimento é compreender os padrões adotados e explorar estratégias para promover um jornalismo mais inclusivo e isento de preconceitos.

### **Metodologia utilizada**

Os dados foram coletados por meio da plataforma Google Planilhas, que registra informações como título, subtítulo, palavras-chave, autor ou agência, link, editoria e extensão do texto. Além disso, uma seção da planilha é destinada à compilação de dados das fontes consultadas em cada matéria, onde são classificadas conforme um esquema adaptado de categorização de fontes (Lage, 2003), que organiza a classificação das fontes como oficial, oficiosa e expert, incorporando também critérios de gênero, raça e/ou etnia. Por fim, são identificados os principais enquadramentos presentes nas matérias, tais como comercial, de estratégia, episódico, de conflito ou temático.

### **Perfil dos veículos analisados**

Pela inviabilidade de monitorar todos os veículos da mídia hegemônica, selecionamos três dos que mais se destacam em formato de site para incluir em nossa análise, esses foram Folha de São Paulo, G1 e UOL. Dentre os critérios que tornaram

---

esses os escolhidos estão os percentuais de acesso e circulação e o volume de textos jornalísticos publicados por dia.

A Folha de São Paulo iniciou seus trabalhos em 1921, em formato de jornal impresso que circulava pela sociedade paulistana com o pressuposto de ser uma oposição aos veículos conservadores tradicionais que dominavam o mercado jornalístico da época. Desde seu início, a proposta era uma abordagem com textos mais sucintos, notícias e opinião, com um teor pluralista e isento. Sua atuação ganhou destaque entre as classes médias. Atualmente a Folha está na segunda posição no ranking de impressos com maior circulação do país, mas expandiu seu trabalho também para as plataformas online, através do Grupo Folha. Em suas editorias se destacam economia, cotidiano, esporte, política e mundo. O jornal também emprega um estilo que dá bastante espaço para colunas, blogs e artigos de opinião.

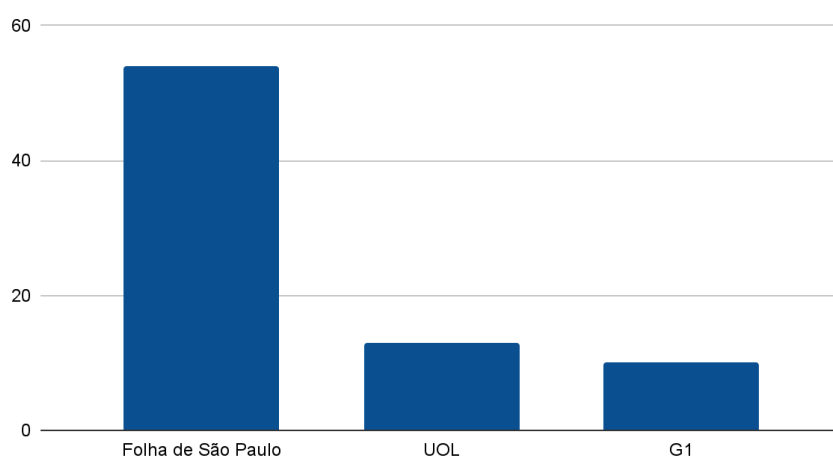
Ao contrário do jornal paulista, o UOL (Universo Online) já nasceu para as plataformas digitais. Sua estreia no ar aconteceu em 1996 e suas primeiras criações de sucesso não tinham como foco o jornalismo e sim um local de conexões e discussões, o bate-papo UOL. Hoje, o UOL oferece categorias como notícias, esportes, entretenimento, lifestyle, educação, tecnologia e finanças pessoais. Além disso, há serviços como hospedagem de sites, segurança digital e e-mail. Muitas das publicações jornalísticas não são feitas pela equipe redatora do portal, mas sim republicadas dos jornais que integram seu grupo de parceiros.

O G1 faz parte do Grupo Globo e desde 2006 marca o início de uma fase em que a emissora buscava ampliar seus trabalhos também para o meio digital através da produção de conteúdos exclusivos. Na atualidade, as redações do G1 não se restringem ao eixo Rio-São Paulo. Estão espalhadas pelo país devido, principalmente, à larga escala das afiliadas que a emissora tem no Brasil. Entre suas editorias estão economia, educação, meio ambiente e mundo. O portal também foi precursor na inclusão de uma editoria que se chama “fato ou fake”, que foi criada em 2018, e tem como objetivo monitorar notícias suspeitas compartilhadas pela internet para descobrir se são verdadeiras ou falsas. Sua criação acontece num momento de ascensão das chamadas *fake news* que impactam a política e a sociedade na última década.

## **Resultados quantitativos**

Ao todo, no levantamento feito pelo Observatório Racial da Mídia Brasileira, durante o mês de março de 2024, foram localizadas 54 matérias sobre cotas raciais, distribuídas da seguinte forma: 29 na Folha de São Paulo, 15 no UOL e 10 no G1.

Quantidade de publicações - Março/24



Dados apurados pela pesquisa

No site da Folha, durante março de 2024, foram publicados 29 textos sobre cotas raciais, dos quais 13 abordavam, especificamente os casos das vagas canceladas pela USP, que será o nosso foco neste trabalho. Entre esses textos, seis foram publicados na editoria de Colunas e Blogs, quatro na de Educação, e as editorias de Editorial, Ilustríssima e Opinião contabilizaram uma publicação cada. A jornalista que mais escreveu sobre o tema foi Isabela Palhares, uma mulher branca, repórter em São Paulo, que cobre educação desde 2015. Em termos de fontes, nos 13 textos, foram ouvidos seis homens (dois identificados como brancos e dois como negros) e três mulheres (sendo possível identificar apenas uma, como branca).

Durante todo o mês de março deste ano, o UOL publicou 15 matérias sobre cotas, sendo que 13 foram replicadas do site da FSP e já contempladas nessa análise. As outras duas incluem uma coluna de opinião do Estadão e uma notícia do Jornal do Comércio.

No G1, ao longo de março de 2024, foram veiculadas 10 matérias sobre cotas raciais, todas na editoria de notícias. Destas, nove abordavam a perda de vagas em instituições de ensino superior, enquanto uma tratava do não cumprimento das cotas em concursos públicos. Os casos mencionados estavam concentrados na região Sudeste do

---

Brasil, especificamente envolvendo instituições como a USP, UFRJ e UFES, sendo a USP a mais abordada, com seis matérias publicadas.

### **Folha de S. Paulo**

Durante o mês de março, das 13 publicações sobre o caso das cotas na USP, cinco utilizaram enquadramento estratégico, três de conflito, três temáticas, uma de jogo e uma episódica. Essas categorias de enquadramento revelam diferentes abordagens jornalísticas sobre o mesmo tema, variando em profundidade e foco.

A primeira reportagem, publicada no primeiro dia de março, destaca um enquadramento de conflito. Em "Aluno processa USP após perder vaga em Direito por não ter sido considerado pardo", de Isabela Palhares, é delineada uma disputa entre a advogada e familiares de Glauco Dalalio e o sistema de heteroidentificação da universidade. Embora a matéria apresente fontes tanto da instituição quanto dos candidatos, não explora teorias sobre o tema nem inclui perspectivas dos movimentos negros sobre o acontecido.

O texto de Palhares utiliza termos que ressaltam as supostas inconsistências no processo das bancas de heteroidentificação e as acusações da advogada de Glauco. Frases como "O adolescente se declarou pardo, mas a comissão de heteroidentificação da USP discordou da autodeclaração. Depois de avaliarem uma fotografia e realizarem uma breve entrevista virtual de cerca de um minuto com o candidato" e "Este é mais um caso este ano de um candidato aprovado por cotas raciais em um curso concorrido da USP que teve sua autodeclaração de pardo rejeitada pela instituição" ilustram as críticas aos métodos de identificação utilizados.

As fontes constantemente discordam, usando argumentos jurídicos ou empíricos, mas falta a mediação de especialistas para contextualizar historicamente a questão da identificação racial e os métodos usados para avaliar essas características, que determinam a cor de um indivíduo.

Já em "Ser pardo é ser suficientemente negro para discriminação, mas não para políticas públicas, diz especialista", Isabella Palhares traz o ponto de vista da advogada e pesquisadora Alessandra Devulsky, apresentada como especialista em colorismo. Numa abordagem que se propõe a ser temática, partindo do ponto de vista de trazer uma especialista no tema para dissertar sobre a questão de modo aprofundado, acaba caindo



no enquadramento episódico a partir do momento em que não possibilita ao leitor um aprofundamento histórico e jurídico sobre o tema. Alessandra se mostra contrária a decisão da USP, apesar de reconhecer a importância das bancas de heteroidentificação. Entre seus argumentos estão a dificuldade em se reconhecer como pardo no Brasil e que a recusa da universidade pode ressoar em outros candidatos, que poderão ficar receosos em se autodeclarar pardos nos processos seletivos.

Segundo Devulsky, a reprovação dos candidatos contraria os parâmetros estabelecidos pelo Instituto Brasileiro e Geográfico (IBGE), que categorizam pretos e pardos como negros. Como conclusão, a especialista sugere a necessidade de aprimorar o sistema de heteroidentificação e de tornar explícitos os critérios usados na avaliação dos fenótipos, devido à possibilidade de falhas na avaliação humana. O cerne da reportagem é tanto contestar as práticas de heteroidentificação aplicadas na análise desses candidatos quanto questionar a identidade racial e étnica à qual esses indivíduos seriam atribuídos se não fossem considerados pardos.

Importante destacar que mais da metade das publicações sobre cotas foram encontradas nas seções de opinião, colunas e blogs. Essas seções caracterizam-se por um estilo de escrita que enfatiza a posição do autor, especialmente em artigos de opinião. Se formos analisar a posição do veículo em relação a políticas afirmativas não precisamos alongar a discussão. No dia 6 de março, a Folha publicou o editorial “Cotas sociais, não raciais”, onde defende que as Ações Afirmativas sejam inteiramente voltadas para fatores sociais, nele o jornal declara que “heteroidentificação carece de objetividade; renda é o critério mais correto”.

## UOL

No mês de março deste ano, o UOL publicou 15 matérias sobre cotas e como já adiantamos 13 foram replicadas do site da FSP e já foram contempladas. Além disso, também foi publicado um artigo de opinião, que não será analisado qualitativamente dada a nossa necessidade em identificar características como pluralidade de fontes – critério dispensável em uma colunas e artigos de opinião.

Sendo assim, analisamos a matéria “UPE aprova criação de cotas para negros, indígenas e quilombolas em seu processo de ingresso”, publicada em 22 de março de 2024, com 19 parágrafos. O texto em questão é de autoria da jornalista Mirella Araújo e

pertence à editoria de educação. Do ponto de vista do enquadramento, a publicação é episódica e informativa, pois relata a implementação das cotas raciais na Universidade de Pernambuco, única universidade estadual do Nordeste que não tinha reservas de vagas destinadas para estudantes autodeclarados negros, indígenas ou quilombolas.

A matéria apresenta duas fontes. A primeira delas é João Mamede, um estudante negro da instituição, classificado como fonte independente/sociedade civil. A segunda é Ernani Martins, um homem negro e pró-reitor da UPE, portanto, uma fonte oficial. Apesar de não aprofundar o tema e tratar do contexto como um todo, por meio das fontes, a publicação tenta deixar o leitor ciente da importância da implantação das cotas.

Neste contexto, Mamede é quem ajuda a entender melhor a implementação das cotas raciais na UPE, uma vez que relata o perfil elitista dos cursos mais concorridos – Medicina, Direito e engenharias. Apesar de replicar matérias da Folha de SP, veículo contrário às cotas raciais, a matéria analisada aponta para uma posição favorável à política de cotas.

## **G1**

Dentre as 10 matérias analisadas, quatro direcionaram seu foco para o caso específico de Alison dos Santos Rodrigues, que teve sua vaga no curso de Medicina na USP contestada. O G1 optou por uma cobertura mais abrangente desse caso em particular, desde o processo judicial movido pelo jovem até os métodos adotados pela USP para avaliar alunos aprovados por cotas raciais. Uma matéria de destaque é intitulada “Dá para determinar se uma pessoa é parda por chamada de vídeo? USP usa método para avaliar alunos aprovados por cota racial”, publicada em 07 de março de 2024, escrita por Deslange Paiva. Composta por 30 parágrafos, a matéria adota um enquadramento temático, detalhando as alegadas deficiências do uso de chamadas de vídeo pelas bancas de heteroidentificação, ao mesmo tempo em que justifica a adoção desse método pela USP, oferecendo uma contextualização abrangente dos fatos.

Na construção do texto, foram consultadas três fontes distintas: José Vitor, advogado, pesquisador e especialista em Direito Digital, um homem negro; Patrícia Peck, advogada e especialista em Direito Digital, mulher branca; e a USP, como fonte oficial. Este artigo não apenas apresenta as partes envolvidas, mas também incorpora a

perspectiva de especialistas, proporcionando uma análise mais aprofundada e contextualizada do caso em questão.

O G1 apresenta uma posição favorável à política de cotas raciais. Entretanto, é possível perceber que o veículo faz duras críticas às bancas de heteroidentificação. Uma vez que toda a sua cobertura foi focada em banca x candidato e que, em nenhum momento, o veículo pontuou que as bancas foram criadas a partir de demandas do Movimento Negro e que atuam como um mecanismo para diminuir as fraudes nas vagas reservadas para pessoas negras (Martins; Mello; Ribeiro, 2021, p. 14).

### **A cobertura nos veículos da mídia independente negra**

A elaboração de uma análise sobre a cobertura do caso pelos veículos das mídias independente negra foi inviabilizada pela escassez de textos que abordassem o acontecimento. Apenas uma notícia foi encontrada no Notícia Preta, com o título “Juiz deu 72h para USP matricular aluno dispensado por “não ser pardo”. Este texto, publicado em 5 de março, focava no caso do candidato Glauco Dalalio e consistia de 7 parágrafos, num formato episódico. O autor da publicação, Matheus Ramos, traz apenas um resumo da decisão judicial, utilizando como fonte o próprio juiz responsável pelo caso.

A ausência de cobertura significativa sobre o tema por parte dos portais da mídia independente negra - Notícia Preta, Mundo Negro e Alma Preta levanta questões não respondidas, sobre as razões dessa lacuna.

### **Considerações Finais**

Apesar de sancionada há mais de 10 anos no Brasil, a Lei de Cotas (nº 12.711/2012) ainda instiga debates quanto à sua existência. A partir do material coletado, podemos perceber que essa discussão ainda é bastante presente em nossa sociedade principalmente por ser um tema polêmico e que divide a opinião pública e a sociedade brasileira.

A pesquisa constatou que, muitas vezes, seja pelo discurso popular ou por meio das narrativas midiáticas, o tema é tratado de forma superficial, o que dificulta avanços significativos em relação à adoção e aprimoramento dessa política.

---

Nos veículos Folha de SP, UOL e G1, considerando as matérias e reportagens, 28 publicações adotam o enquadramento episódico. Ou seja, se concentram em eventos isolados sem fornecer um contexto mais amplo ou uma análise aprofundada do tema. Esse tipo de abordagem não é capaz de contextualizar e aprofundar a tratativa de um tema complexo como o das cotas raciais e sociais, limitando-se muitas vezes a relatos pontuais de sucesso ou fracasso individual, sem explorar as questões estruturais e históricas que justificam a implementação dessa política, como o racismo.

Além disso, observa-se uma escassez na utilização de fontes intelectuais e especialistas que poderiam oferecer uma perspectiva mais fundamentada sobre a Lei de Cotas e as Ações Afirmativas no Brasil. A ausência dessas vozes impede que a discussão avance para além do senso comum, bem como levanta questionamentos quanto à precisão, credibilidade e profundidade da informação na cobertura de temas mais complexos, especialmente aqueles que exigem uma maior contextualização. O uso de fontes especialistas fornece informações baseadas em conhecimento e experiência, o que fortalece o conteúdo da informação fornecida e respalda o profissional que a produz.

A lei de cotas constitui uma resposta às profundas desigualdades raciais e sociais presentes no Brasil, um país marcado por um passado colonial e escravocrata que perpetuou a exclusão socioeconômica de negros e indígenas. As bancas de heteroidentificação emergem como um mecanismo necessário para assegurar a eficácia e a justiça na aplicação das cotas raciais, já que houve um crescimento no número de inscritos fraudulentos não negros.

Apesar dos progressos alcançados, a implementação das cotas e das bancas de heteroidentificação enfrentam desafios significativos, incluindo a resistência de setores que consideram essas políticas discriminatórias e a dificuldade em estabelecer critérios objetivos para a heteroidentificação. No entanto, a continuidade na aplicação dessas medidas é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, é fundamental que os meios de comunicação assumam a responsabilidade de promover um debate mais sério e bem-informado sobre as cotas, já que esta política permitiu o ingresso de pessoas não brancas à universidade, garantido a presença hoje de 48,3% (Dados de 2022) nas universidades públicas. Isso envolve a inclusão de vozes diversas e qualificadas, capazes de oferecer perspectivas

fundamentadas e aprofundadas. Ao ampliar a gama de fontes e abordar o tema com a devida complexidade, será possível avançar na compreensão e na aceitação desta política essencial para a promoção da equidade no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- BATESON, Gregory. (1987), “**A theory of play and fantasy**”, Steps to an ecology of mind, Chicago, University of Chicago Press, p 183-198).
- CAMPOS, L. A. **A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa.** OPINIÃO PÚBLICA, v. 20, n. 3, p. 377-406, 2014.
- ENTMAN, R. M. (1993). **Framing: Towards Clarification of a Fractured Paradigm.** \*Journal of Communication\*, 43(4), 51-58.
- GOFFMAN, Erving. **Frame analysis.** Reprint, Originally published: New York: Harper & Row, 1986.
- GROSGOUEL, Ramón. **Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada.** In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2018, p. 62-89.
- JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental.** Brasília: Ipea, 2002. 152 p. Acompanha 1 CD-Room.
- JONCEW, C. **A participação das fontes formais na qualificação da notícia.** (2005). 310 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- JONES, J. **The Rise and fall of affirmative action.** In: HILL, H.; JONES, J. (eds.). Race in America: the struggle for equality. Madison: University of Wisconsin Press, 1993.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística.** 3a. ed, Rio de Janeiro: Record, 2003
- MARTINS, E.; MELLO, M.; RIBEIRO, F. Desafios das comissões de heteroidentificação na Universidade Federal de São Paulo. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 16, n. 37, p. 9–27, 2021.
- MENDONÇA, R.; SIMÕES, P. **Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2010 v. 27, 2012.
- MENEZES, Ana Beatriz dos Santos; FREIRE, Flávio Emanuel Inocêncio; GUENA, Márcia; SANTOS, Céres. **Observatório racial da mídia: o impacto do caso de racismo contra o**

---

**jogador Vini Jr.** São Paulo: Intercom, 2023. Disponível em:  
<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2023/listaautorij.php>. Acesso em: 17/06/2024.

ROTHBERG, D. . **O conceito de enquadramento e sua contribuição à crítica de mídia.** In Christofolletti, R. (Org.), \*Vitrine e vidraça: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo\* (pp. 53-68). Editora: Livros LabCom.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Ação Afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 219-246, nov., 2002.